

35222070128



JUCESP PROTOCOLO
0.130.615/19-9



5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA E TRANSFORMAÇÃO EM EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

FHB – COMERCIAL ELETRÔNICA EIRELI

Jucesp/Nire 35222070128

*Cnpj nº 09.534.916/0001-04
Insc. Estadual nº 148.115.680.114
Insc. Municipal nº 3.757.438-8*

FABIO LUIS DE SOUSA BACELLAR, brasileiro, solteiro, maior, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº. 28.392.870-0 SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF (MF) sob nº. 270.623.048-75, residente e domiciliado na Estrada dos Esquilos, nº 05 – Chácara Goiapa – Itapevi – SP, CEP 06683-225;

BIANCA DE SOUSA BACELLAR, brasileira, solteira, maior, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 37.098.343-9 SSP/SP, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF (MF) sob nº 364.864.638-99, residente e domiciliada na Estrada dos Esquilos, nº 05 – Chácara Goiapa – Itapevi – SP, CEP 06683-225;

Únicos sócios da sociedade empresária do tipo limitada **FHB – COMERCIAL ELETRÔNICA LTDA**, com registro na JUCESP sob **NIRE nº 35222070128** em sessão de

DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, PRAZO DE DURAÇÃO E OBJETO SOCIAL

I – A empresa girará sob o nome empresarial de “**FHB – COMERCIAL ELETRÔNICA EIRELI**”, e será regida por este contrato social e pela Lei nº. 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

II – A empresa terá sua sede na **Rua Doutor Prudente de Moraes Neto, nº 42 – Vila Monte Alegre – São Paulo – SP, CEP 04305-070**, podendo abrir e encerrar filiais, agências e escritórios, em qualquer parte do território nacional, por deliberação dos Sócios através da maioria de voto.

Parágrafo único: Fica eleito o foro da cidade de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato social.

III – A empresa terá prazo de duração indeterminado.

IV – A empresa tem por objeto social:

Comércio, importação, exportação, projetos, serviços de manutenção preventiva e corretiva, serviços da área de comunicação, cinema, edição, reportagem, filmagem, produção artística e jornalística, prospecção, eventos, divulgação, treinamentos, operação, instalação, industrialização, restauração, usinagem, confecção, locação nos segmentos de áudio, vídeo, cine, foto, som profissional, TV, iluminação cênica e cinematográfica, cenotecnia, cinematografia, informática, eletroeletrônicos em geral, hidráulica, ar condicionado, instrumentos musicais, automação, telefonia, controle de acesso, sistema de antenas via satélite, cabo e ar, circuito fechado de TV, segurança patrimonial, sinalização, equipamentos médicos/hospitalares, elétricos, militares, aeronáuticos, navais, equipamentos de visão noturna, coletes a prova de balas, automotivos, radares, sonares, detecção de incêndio, comunicação fixa, móvel e radiofrequência, impressão, celulares, tempo, relógios, componentes eletro/eletrônicos, ferramentas, medição, ventiladores, motores elétricos ou não, vestimentas, mobílias, materiais de escritório e equipamentos para segurança de uso restrito ou não.

II CAPITAL SOCIAL

V – O capital social, totalmente integralizado neste ato em moeda corrente do país, é de **R\$ 100.000,00** (Cem Mil Reais).

Parágrafo primeiro:

A responsabilidade do titular é limitada ao capital integralizado.

Parágrafo segundo:

O titular declara expressamente que não participa de nenhuma outra empresa individual de responsabilidade limitada

III

DO FALECIMENTO

VI – Em caso de falecimento, a sucessão da titularidade da **FHB – COMERCIAL ELETRÔNICA EIRELI**, dar-se-á por alvará judicial ou na partilha, ou sentença judicial ou escritura pública.

IV

ADMINISTRAÇÃO

VII – A empresa será administrada pelo titular, **FABIO LUIS DE SOUSA BACELLAR** individualmente, nos termos do artigo 1.063 da Lei 10.406/2002, que será considerado investido em suas funções na data da assinatura deste instrumento.

Parágrafo Primeiro: O administrador será dispensado de caução e poderão ser destituídos da função, sem direito a qualquer indenização. A renúncia de qualquer dos administradores se torna eficaz em relação à sociedade no momento de sua comunicação escrita e em relação a terceiros após a averbação na Junta Comercial.

Parágrafo Segundo: O uso do nome empresarial é privativo do administrador nomeado, o qual responde solidária e ilimitadamente por culpa ou dolo, pelos atos praticados contra este estatuto ou determinações da lei.

VIII – A empresa remunerará o administrador mediante o pagamento mensal de pró-labore, que será definido pelo titular.

IX – Ao administrador é atribuído plenos poderes, internos e externos, necessários à realização do objeto da empresa, o qual o autoriza a representar a empresa ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas, fazer acordos, contrair obrigações, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, irrestritamente inclusive outorgar procuração em nome da sociedade, quando a pratica de qualquer ato assim o exigir.

X – É vedado ao administrador, bem como a qualquer procurador ainda que devidamente constituído, obrigar a empresa em operações estranhas ao objeto social, tais como fiança, aval, endosso, aceite e de todo e qualquer título de favor.

V

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, CONTÁBEIS E SOCIAIS, E DESTINO DO RESULTADO

XII – O exercício social coincidirá com o ano civil, desta forma terá início em 1º. de janeiro e se encerrará em 31 de dezembro. Quando será apurado o inventário físico e financeiro dos bens, direitos e obrigações e as respectivas demonstrações financeiras, em conformidade com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade. A escrituração ficará a cargo de contabilista legalmente habilitado conforme artigo 1.182 da Lei 10.406/2002, sendo os seus poderes conferidos por escrito pelos administradores.

XII – O titular decidirá o destino dos lucros acumulados, a participação nos lucros do administrador e empregado; a constituição de reservas de lucros bem como a sua reversão. Os lucros disponíveis, após a constituição de reservas e participações, será em conformidade com a determinação da destinação do resultado. Se apurados prejuízos serão ele suportado pelo titular.

VI

REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

XIII – A empresa por deliberação do titular poderá transformar-se em outro tipo social, incorporar outra sociedade ou ser incorporada, cindir-se total ou parcialmente, vertendo seu patrimônio em outras sociedades, extinguindo-se se a versão for total, ou absorver patrimônio de sociedade cindida.

VII

DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

XIV – Em caso de liquidação ou em todas as hipóteses de dissolução da empresa será liquidante o titular **FABIO LUIS DE SOUSA BACELLAR**, ou quem este indicar.

VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

XV – O titular e administrador declaram para todos os efeitos legais, que não estão impedidos, nos termos da lei, de exercer a atividade que lhes competem neste instrumento, em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

XVII – É de exclusiva responsabilidade do titular signatário manter seu dados cadastrais atualizados junto à empresa, fazendo-o sempre de forma escrita.

E por estarem em tudo justos e contratados na melhor forma de direito, firmam o presente instrumento em três vias, de igual teor e forma, elegendo o foro (cláusula II, parágrafo único), com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato social, para que produza todos os efeitos legais.

São Paulo, 11 de Fevereiro de 2019.

Sócios



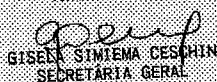
Fabio Luis de Sousa Bacellar



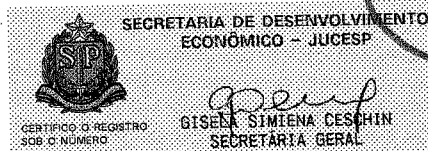
Bianca de Sousa Bacellar



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO – JUCESP
NIRE EIRELI


GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL

360270287-8



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO – JUCESP


GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL

124.503/19-6



JUCESP

28 FEB 2019

SEDE

JUCESP

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por LUIZ MARCELO THENORIO, em quarta-feira, 5 de outubro de 2022 13:56:07 GMT-03:00, CNS: 11.359-7 - 5º Tabelião de Notas de Santo André/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico



DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO - EPP

NOME EMPRESARIAL FHB - COMERCIAL ELETRÔNICA EIRELI	NIRE
--	------

DECLARAÇÃO O Empresário FHB - COMERCIAL ELETRÔNICA EIRELI, estabelecido na Rua Prudente de Moraes Neto, 42, Vila Monte Alegre, São Paulo, SP, CEP:04305-070, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

LOCALIDADE São Paulo - SP	DATA 11/02/2019
-------------------------------------	---------------------------

NOME E ASSINATURA DO EMPRESÁRIO/SÓCIOS/DIRETORES/ADMINISTRADORES OU REPRESENTANTE LEGAL

NOME FABIO LUIS DE SOUSA BACELLAR (Titular)	ASSINATURA
---	----------------

Para uso exclusivo da Junta Comercial:

DEFERIDO

ETIQUETA DE REGISTRO 811.699/19-5	JUCESP
--	---------------